

A revolução digital, a crise do modelo democrático e as mudanças climáticas, no âmbito global, mais uma espécie de tempestade política, econômica e de ética, estão entre as questões definidoras de nosso tempo, ainda que não guardem conexão entre si. Entretanto, representam diretrizes importantes, ao se lançar “Um olhar sobre o mundo e sobre o Brasil”, tema da palestra apresentada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, durante o primeiro dia da CONSEGURO 2019, que acontece em Brasília, em 4 e 5 de setembro.

Para o ministro, a revolução digital mudou rotinas, que vão do modo de comprar passagem a se fazer pesquisa acadêmica, além de criar nova semântica e comportamentos. “Nós vivemos uma época de profunda transformação. Há um conjunto de inovações que cria o admirável mundo novo, que vai da nanotecnologia e da computação quântica à internet das coisas. A inteligência artificial começa a tomar decisões em nosso lugar, enquanto abrimos mão de fazer escolhas. E esta transformação é também arriscada. A biotecnologia cria inovações boas e outras preocupantes, como o risco de comércio de órgãos, o que é proibido. A engenharia genética gera esperanças de curar doenças, mas abre a possibilidade do risco da eugenia, de criarmos pessoas mais bonitas e inteligentes, ampliando o abismo da desigualdade. O admirável mundo novo ameaça esvair a privacidade, nosso bem maior, porque nossos interesses são conhecidos pelos provedores”, assinalou.

O segundo tópico abordado pelo ministro refere-se à crise na democracia, de modo geral. Vitoriosa no século XX, a democracia, na sua passagem para o novo século, convive com uma onda conservadora em todo mundo, gerando uma recessão democrática consagrada pelo voto popular, com a concentração de poderes no Executivo em várias partes do mundo. Entre as causas desse fenômeno global, estão um sistema de representação que não dá voz para a cidadania e os problemas econômicos, como recessão, levando a democracia a estar em xeque em diversas partes do mundo.

Por fim, os pensadores precisam incluir na agenda a questão das mudanças climáticas, já que os efeitos do aquecimento global são um problema extremamente sério e não pode continuar a ser tratado com descaso, ignorância ou egoísmo.

Internamente, o Brasil precisa ter uma conversa franca consigo e reconhecer erros das políticas públicas implementadas pelos grupos que ascenderam ao poder nas últimas décadas e trataram a coisa pública com desleixo ou favor de elites. Em 1960, a economia brasileira era duas vezes e meia maior que a da Coreia do Sul. Sessenta anos depois, o PIB brasileiro equivale a um terço do PIB do país asiático. “Três causas importantes podem ser responsabilizadas por esse atraso”, assinalou o ministro. “Investimentos insuficientes ou inadequados em educação básica, algo que não só impede a vida das pessoas de ser mais iluminada, como também afeta a produtividade. Outra questão é termos criado um estado grande demais e uma economia fechada por muitas décadas. Não só retardamos a transição para uma economia de mercado, como também permitimos uma relevante apropriação do Estado por elites extrativistas, gerando uma corrupção quase endêmica nas últimas décadas. Como diversos grupos se alternaram no poder, ninguém pode apontar o dedo para ninguém”, afirmou ele.

Nesse cenário, para o ministro, a crise política, econômica e ética era inevitável, referindo-se aos momentos de tensão ocorridos até 31 de dezembro de 2018. “As pessoas passam pelo que têm de passar e amadurecem”, destacou, ao se referir ao comportamento da sociedade, que não tolera a inaceitável corrupção dos agentes públicos ou privados, ao mesmo tempo em que as empresas estruturam mecanismos de compliance, algo que poderá permitir ao país furar a armadilha da renda média, se houver padrões éticos verdadeiros daqui para frente, em um lento mas efetivo avanço civilizatório.

Fonte: CNseg, em 04.09.2019